

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

“Escola Marechal Castello Branco” — 103 Anos

“O valor dos estudos na Escola de Estado-Maior do Exército não está no muito que o oficial faz como aluno mas, sim, no muito que vai realizar depois. O seu diploma só tem valia se valimento houver no desempenho que deve o oficial dar às funções que este documento lhe confere.”

Marechal Castello Branco

Resumo Histórico da ECEME

- | | |
|--|--|
| <p>1905 Criação da Escola de Estado-Maior (EEM), subordinada ao Estado-Maior do Exército (EME).</p> <p>1906 Início do funcionamento no antigo prédio do Ministério da Guerra, na ala voltada para a Central do Brasil.</p> <p>1907 Instalação provisória na extinta Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha.</p> <p>1909 Diplomação da primeira turma; aumento do curso para três anos e inclusão do ensino de Estratégia e da História Militar.</p> <p>1916 Início da participação de autoridades civis e militares como conferencistas na Escola.</p> <p>1918 Suspensão temporária das atividades escolares em decorrência da Primeira Guerra Mundial.</p> <p>1920 Reinício das atividades na ala norte do antigo Ministério da Guerra; início da orientação da Missão Militar Francesa.</p> <p>1921 Instalação no edifício ocupado pelo Primeiro Batalhão de Polícia do Exército, situado a Rua Barão de Mesquita.</p> <p>1940 Instalação definitiva no atual prédio da Praia Vermelha, coincidentemente com o término da Missão Militar Francesa.</p> | <p>1947 Criação do Curso de Estado-Maior de Serviços.</p> <p>1955 Mudança de denominação para Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).</p> <p>1964 Introdução das “áreas de ensino” no currículo da ECEME.</p> <p>1965 Reorganização da ECEME para atender à nova sistemática de ensino e criação do Curso de Preparação à ECEME.</p> |
|--|--|



Marechal Castello Branco

- 1968 Substituição das áreas de ensino por seções de ensino.
- 1969 Mudança de subordinação do EME para a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), órgão do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) do Ministério do Exército.
- 1977 Início do curso de Estado-Maior com duração de dois anos; diplomação da primeira turma do Curso de Direção para Engenheiros Militares.
- 1986 Criação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx).
- 1988 Diplomação da primeira turma do CPEAEx.
- 1996 Início da reestruturação da Escola para adequação à modernização do Sistema de Ensino do Exército.
- 2001 Implementação do Programa de Pós-Graduação da ECEME.
- 2005 Denominação Histórica de Escola Marechal Castello Branco; Comemoração do Centenário da ECEME.

- 2006 Criação do Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM).



“Guardião do saber”

Castello Branco — seu perfil na profissionalização das Forças Armadas e na construção da Doutrina Militar Brasileira.*

*Octavio Costa***

Palavras iniciais

No poente de meus 88 anos, na inatividade militar há 26, eu já decidira declinar de qualquer

convite para participar de seminários e painéis, fazer palestras, subir degraus de tabladros.

Eis que o vosso Comandante, General Sérgio Etchegoyen, convida-me, em termos

* Palestra realizada em comemoração dos 103 anos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME, no dia 2 de outubro de 2008.

** O autor é General-de-Divisão.

irrecusáveis, para estar hoje aqui. Acontece que os Etchegoyen, o saudoso pai, a mãe e a esposa, tios e irmãos, são um patrimônio de dignidade, de dedicação, de patriotismo, que sempre mereceram a minha admiração e a quem nada se pode negar.

Eis-me, pois, a cumprir o desafio de falar sobre *CASTELLO BRANCO — seu perfil na profissionalização das Forças Armadas e na construção da Doutrina Militar Brasileira*.

Perfil

Perfil refere-se à imagem. Nenhuma imagem é permanente. Nada é mais mutável do que a imagem, além de que depende de quem a vê, como vê e quando vê. Talvez só o fim trágico congele a imagem.

Lembro-me de Vargas, em 4 de agosto de 1954, chegando em carro aberto, pela pista principal do Hipódromo da Gávea, para assistir ao Grande Prêmio Brasil, sob ensurdecadora vaia que estigmatizava o chamado “mar de lama” do fim do seu governo. E, no entanto, três semanas depois, imolava-se com um tiro no peito e entrava para a História quase santificado.

Lembro-me de Juscelino deixando o governo no auge de avassaladora inflação, sem conseguir fazer o seu sucessor e a quem Jacob Gorender, em minha opinião um dos mais lúcidos pensadores marxistas, dizia ter sido “o pior Presidente do país, porque o mais entreguista.” Os pósteros haveriam de consagrá-lo como o melhor de todos, padrão de dinamismo, de tolerância, de visão política e de espírito democrático.

No sentido oposto, há o exemplo de governantes que se elegeram com votação es-

trondosa, usando o símbolo da vassoura, mas que ficaram na História com imagem caricata.

Há 30 anos, fiz aqui uma palestra sobre Castello Branco, intitulada *Pequena Memória de um Grande Homem — como vi Castello ao longo de minha vida*. Foi um exercício de perspectiva e de sinceridade, como o cadete Octavio Costa via o seu Instrutor-chefe de Infantaria; o tenente via o oficial de operações da Divisão Expedicionária; o oficial-superior, o Comandante da ECEME; o Chefe do Estado-Maior do Exército, o presidente da República.

Doutrina

“A elaboração de uma Doutrina Militar Brasileira sistematizada constitui a mais expressiva contribuição da ECEME ao aperfeiçoamento do Exército”, dizia o meu saudoso amigo General Chaloub, em seminário comemorativo dos 75 anos desta escola. E mais: “Não podemos esquecer que toda Doutrina apóia-se em uma Teoria. A Teoria é universal, abstrata, quase imutável, enquanto a Doutrina é particular e conjuntural, concreta, objetiva, normativa, sistematizadora e evolutiva.”

Nossa História Militar é também a história da evolução de nossa Doutrina. Já nas primeiras lutas coloniais, de ocupação e de defesa da Terra para repelir invasões estrangeiras e principalmente em Guararapes, marco fundamental da força terrestre, nos combates da Restauração, é possível vislumbrar uma nascente doutrina militar brasileira, caracterizada pela emboscada, pela guerrilha, pela ágil concentração para o choque decisivo. E nos dois séculos seguintes do Brasil Colonial, uma doutrina portuguesa,

influenciada por outros exércitos europeus, vai no bernal dos combatentes de nossas lutas fronteiriças. Assim são palavras de San Tiago Dantas, grande pensador de esquerda:

Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e a coesão interna que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência de nosso organismo político. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldado, outros preparados nesse centro de estudos de classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, a Escola Militar.

Depois de profunda reorganização empreendida por Caxias, em pleno campo de batalha, evidenciava-se ali uma Doutrina Militar Brasileira, por ele inspirada, concepção de guerra nitidamente ofensiva. “Não foi a paz, tão necessária ao Brasil, que trouxe a estagnação a suas Forças Armadas. Foi a mentalidade dos oficiais positivistas, associada ao teorismo exagerado de nossa Escola Militar, que enfraqueceu o espírito militar da oficialidade e criava a casta dos bacharéis de farda,” disse Castello Branco em conferência na ESG, em 1957, referindo-se ao retrocesso doutrinário que sofremos no fim do Império e princípio da República.

A culminação da decadência no pós-guerra da Tríplice Aliança é a vergonhosa Campanha de Canudos, evidenciando a precária situação a que ficara reduzido o Exército.

A partir de então, procurou-se adaptar nossa doutrina às doutrinas vitoriosas nos grandes conflitos internacionais. Primeiro, foi a influência alemã, muito breve, mas significativa, trazida por oficiais brasileiros que haviam estagiado no Exér-

cito germânico. Depois, a influência francesa, vitoriosa na guerra de 1914-1918, transmitida pessoalmente por membros da Missão Militar Francesa. Por último, o molde norte-americano, ao término da Segunda Guerra Mundial. Da década de 1920 aos últimos anos de sua vida, Castello Branco está presente: aluno e auxiliar dos franceses; instrutor de Tática Geral, Diretor de Ensino e Comandante da ECEME; nas escolas superiores de guerra de Paris e do Brasil; como estagiário nos Estados Unidos; como oficial de operações de nossa divisão expedicionária; na 3ª Seção e, afinal, como Chefe do EME; conferencista, historiador e pensador. Ele foi, em síntese, o elo de todas essas etapas, o motor de toda a evolução.

Houve um momento crítico no acompanhamento da doutrina norte-americana. Foi quando, no fim dos anos 1950 e primeiros 1960, surgiu nos Estados Unidos o modismo de estudar-se o uso da arma nuclear no campo tático, com a inovação da Divisão Pentômica. Enquanto isso, nossa atenção voltava-se para o estudo das experiências francesa e portuguesa na Indochina, na Argélia e em Angola, realidades mais próximas da nossa. Era o contraste entre o infinitamente grande da guerra nuclear e o infinitamente pequeno de guerras limitadas e irregulares. O conflito das duas tendências antagônicas levou-nos a um ponto de ruptura: não podíamos continuar acompanhando a doutrina norte-americana, mas sim formular um corpo de princípios que nos permitisse enfrentar as ameaças da guerra insurrecional e do foquismo, teoria oficial da Revolução Cubana.

Conta Jacob Gorender que, em julho de 1962, participou de um congresso de partidos

comunistas, na qualidade de delegado brasileiro, no qual o representante cubano expôs a descoberta atribuída a Fidel Castro, da revolução que começa com um pequeno foco de guerrilheiros em uma região camponesa, de preferência montanhosa. A esquerda brasileira estudou-a melhor nos escritos de Che Guevara e empolgou-se com a perspectiva de experimentá-la, o que veio a fazer em vários lugares, principalmente na Serra de Caparaó, na Ribeira do Iguape e em Xambioá.

A adoção da doutrina de guerra revolucionária, pela ECEME, pela ESG, pelo EME, já sob a chefia de Castello Branco e, conseqüentemente, pela instituição como um todo, teve profunda influência na vida do Exército e até mesmo do País. Credite-se a essa doutrinação a viabilidade de enfrentamento e derrota de todas as tentativas rurais e urbanas de subversão, durante o Movimento Militar de 1964.

Nos dias atuais, continua a influência doutrinária norte-americana, mas são cada vez mais intensos e fecundos os estudos de adaptação das organizações operacionais à realidade brasileira, principalmente no que se refere às questões de apoio logístico.

Profissionalização

A profissão militar transcende todas as acepções vernaculares dos dicionaristas. Prefiro valer-me das palavras de um companheiro nosso, meu antigo comandado no CEP, Jayme Taddei, em tese apresentada para obtenção do título em Doutor em Ciências Humanas:

Na percepção social de seus integrantes, muito mais do que uma ocupação, a profissão militar é per-

passada por uma idéia mais próxima e mais bem acolhida de voto, [...] a prestação de uma promessa solene ou juramento, desejo íntimo e ardente. Processando-se ao longo de toda a carreira, o conteúdo literal dos juramentos professados, inclui todo o repertório de responsabilidades e encargos. [...] Observa-se que estamos diante de um rito que, enquanto tal, transcende a mera profissão de fé [...]. Genuíno rito de iniciação por meio do qual votos de lealdade, obediência, acatamento à hierarquia ("prometo cumprir as ordens das autoridades a que estiver subordinado"), de fraternidade e fidelidade ao grupo a que se incorpora ("tratar com igualdade os irmãos de arma e com bondade os subordinados") e à Pátria, a cujo serviço se jura dedicar e defender "sua honra, integridade e instituições com o sacrifício da própria vida.

Castello Branco viveu totalmente consagrado à profissão militar, sem nunca dela se afastar, a não ser para o derradeiro desafio, em nome da salvação nacional. O ritmo de suas promoções foi lento e normal, convivendo com os contrastes da subversão hierárquica que a Revolução de 1930 trouxe-nos. Muitos tenentes que acompanharam Vargas em seu percurso cesarista transformaram-se em chefes de Estados regionais, e criaram verdadeiras dinastias políticas.

Há casos exemplares de anarquia hierárquica e de convivência simultânea das carreiras política e militar. Góis Monteiro teve três promoções de alto nível em dois anos sucessivos, sendo que, ao ser alçado a General-de-Divisão, apelou a Vargas para que promovesse antes dele o General João Gomes, de quem fora ajudante-de-ordens e a quem não desejava ultrapassar: Coronel em março de 1931, General-de-Brigada, em maio, e General-de-Divisão já em outubro de 1932.

Juracy Magalhães foi Interventor na Bahia aos 26 anos. Finda a intervenção, voltou às fileiras como aluno da EsAO. Depois, elegeu-se governador e senador, com breves passagens pelo Exército. Também foi presidente da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, embaixador em Washington, ministro das Relações Exteriores e da Justiça.

Sem amarguras, sem queixumes, Castello sempre seguiu o caminho da total dedicação profissional. Sua vida parece cumprir a lenda do Quixote de Cervantes:

Uns vão pelo campo da ambição soberba; outros pela adulação baixa e servil; outros ainda, pela hipocrisia enganosa e, poucos, pelo da verdade. Eu, porém, segundo a minha estrela, sigo a trilha estreita da cavalaria andante, por cujo exercício desprezo os bens, mas não a honra.

Chegando à Presidência da República, Castello Branco tomou providências saneadoras das Forças Armadas e que acabaram, de uma vez por todas, com o paralelismo entre carreira militar e carreira política. Não se vedou ao militar a oportunidade de candidatar-se a cargo eletivo, mas se exigiu que, uma vez eleito, passasse automaticamente para a reserva. Fixou-se como sendo de dois anos o prazo máximo de serviço em função não-militar e foram estabelecidos limites de permanência no generalato e no último posto, 4 anos neste e 12 no total. Tais providências asseguraram o primado do profissionalismo militar.

Paradoxos de uma vida

A passagem de Castello Branco pela Presidência da República é o dramático paradoxo de toda uma vida. Cabe ao mais legalista e apolítico

dos soldados, ao mais afervorado defensor da obediência, da hierarquia e da disciplina, assumir o poder federal na crista de um movimento militar. E deu-se, por inteiro, a sua missão, convivendo com todas as formas de dissenso, até mesmo na área militar, pela divisão entre os que, como ele, visualizavam curta e eficaz tarefa saneadora, o mais cedo possível seguida do retorno do poder aos civis, e os que entendiam que a intervenção devesse ser radical e duradoura.

E, além de tudo, havia o paradoxo da solidão, não apenas a solidão do poder, mas a solidão familiar, pois Dona Argentina, a amada esposa de toda a vida, já não estava a seu lado. E nesse paradoxo de fanático da ordem, deveria ordenar a desordem e exorcizar os seus demônios, os que mais o afligiam: o pseudonacionalismo, histérico e irracional, o radicalismo ideológico, a democracia populista, a inércia, o imobilismo, a afronta à hierarquia, a agitação estéril, o jogo das barganhas.

Roberto Campos escreveu frases admiráveis sobre o drama de Castello:

Foi um grande Presidente, talvez o maior de todos, porque lhe coube uma herança de caos, uma safra de impasses, a travessia de desertos impraticáveis, uma nação que parecia ter-se esquecido de que a busca de direitos exige a aceitação de deveres.

Castello Branco fez a si mesmo e pagou perante nós todas várias promessas, principalmente a promessa de trazer a Nação a um reencontro com a verdade, que dói, como o sal na ferida, mas não deixa apodrecer. Castello foi essencialmente um varão ético. Esse é o seu legado e a melhor parte de seu exemplo.

Crises e conflitos

Uma sociedade democrática convive com crises de toda natureza, principalmente crises políticas. “Para que uma sociedade seja democrática é preciso que haja livre expressão do dissenso; para que ela seja viável é necessário que as áreas de consenso superem as de dissenso.” São palavras de Castello.

Toda vez que se rompe o estado de direito, a sociedade tende a apresentar reações crescentemente violentas, na medida do retardo da retomada constitucional do País, sendo, então, inexoráveis as crises e até mesmo os conflitos. Essa fatalidade está exemplificada na história republicana do Brasil em três momentos marcantes: na Proclamação da República, na Revolução de 1930 e no Movimento Militar de 1964.

As crises de consolidação do regime republicano resultaram em rebeliões, motins e levantes em várias unidades federativas. Foi assim também com a Revolução de 1930. Vargas, em seus 15 anos de governo autoritário, enfrentou vários conflitos: a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, a Intentona Comunista de 1935 e a tentativa de golpe integralista de 1938. A resposta ao Movimento Militar de 1964 foi a luta armada, urbana e rural, de contestação ao novo regime, mas também de natureza ideológica no cenário da Guerra Fria.

Repita-se que as crises fazem parte do jogo democrático, enquanto os conflitos são próprios dos regimes autoritários ou dos períodos de vácuos de autoridade e poder, como aqueles ocorridos na República Velha, principalmente os dos anos 1920, que culminaram na Revolução de 1930 e na ascensão de Vargas. Mais crises que con-

flitos compuseram o drama presidencial de Castello, mas depois de sua morte intensificaram-se os conflitos.

Fim de uma era

A redemocratização do País, em 1985, parece marcar o começo do fim de uma era: a do primado do poder militar que caracterizou os 100 primeiros anos de nossa vida republicana.

Exauridas pelos desgastes sofridos em consequência da longa duração do chamado regime militar, as Forças Armadas fizeram, em 1985, a opção de atender aos anseios da Sociedade e apoiar os líderes políticos moderados que visualizavam transição tranqüila e ordenada, semelhante ao que se conseguiu fazer na queda de Vargas, em 1945, com o advento da Constituição de 1946 e de um governo de coalizão.

Impõe-se registrar, naquele momento de transição, o acerto da escolha, por Tancredo Neves e por Sarney, do primeiro ministro do Exército após o regime militar. Refiro-me a meu amigo e duas vezes colega de turma, no Realengo e na Praia Vermelha, General Leônidas. Foi o homem certo na hora incerta. Com a sua personalidade fortíssima, sua audácia, seu amor ao Exército, soube enfrentar os assédios do revanchismo e reduzir os traumas que a transição haveria de fazer. Assim também avalio e compreendo o drama dos Ministros e Comandantes que vieram depois, afligidos com a difícil convivência com os novos tempos e com as pressões internas, cobrando atitudes que penso serem incompatíveis com os tempos atuais.

A criação do Ministério da Defesa, em junho de 1999, além de ser uma necessidade inclu-

tável da própria evolução doutrinária, foi o ato simbólico de encerramento da era do primado do poder militar. Sabe-se que Castello era doutrinariamente favorável à sua criação, mas, em nome da coesão e da união das Forças Armadas, não tentou implantá-lo, até porque já administrava crises de emprego operacional entre elas.

Depois de algumas experimentações políticas frustrantes, para não dizer lamentáveis, escolheu-se alguém amadurecido nos deveres dos três poderes da República. É paradoxal que seja o mesmo homem que, ao tempo de congressista, opinava contrariamente à criação de seu atual ministério, possivelmente temeroso de que algum “supergeneral” viesse a espalmar porção despropositada de poder. É compreensível e animadora a agilidade com que atua em sua nova cena, pois se trata de um gaúcho e, historicamente, o gaúcho autêntico tem no sangue o gosto e o veneno das casernas.

Pólos de poder

A partir da criação do Ministério da Defesa, chefiado por um civil, as Forças Armadas deixaram de ser pólos de poder político, afirmando-se tão-somente como poder militar, realização, afinal, do ideal de profissionalização do próprio Castello Branco.

Na Velha República, os principais pólos de poder político eram os governantes das mais importantes unidades federativas — na famosa “política dos governadores, a política do café com leite,” assim como as oligarquias rurais, as Forças Armadas e a Igreja Católica.

Vargas governou, pelo menos inicialmente, com um ímpeto centralista avassalador, praticamente invalidando a Federação e colocando à

frente de cada Estado um delegado de seu poder pessoal, um interventor, quase sempre “um tenente”. Valeu-se de um nascente movimento operário, de tendência originariamente anarquista ou comunista, transformando-o em instrumento de sua vontade por intermédio de “pelegos” a seu serviço. Era um sindicalismo paternalista que o trabalhismo autêntico repudia.

Com o fim do governo autoritário de Vargas, e na reconstitucionalização do País em 1946, diversificam-se os pólos de poder. Renasce a vida política. A Imprensa, antes amordaçada pelo famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades são novos atores. A Igreja Católica diversifica-se ideologicamente, tornando-se a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), um centro de poder emergente.

No regime militar, há duas vertentes de pólos de poder: a do mundo oficial e a da crescente oposição ao regime. Na vertente da contestação, os principais atores são a Universidade e a área estudantil, o pólo cultural, o teatro, o cinema, a música popular, um novo sindicalismo, a Igreja Católica ideologicamente engajada, as militantes ordens religiosas e os ideólogos da libertação.

No mundo oficial, o grande centro de poder foi o sistema nacional de informações, dinamizado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e pelos órgãos de informações das três forças armadas, estendido aos ministérios e empresas estatais. E não se pode esquecer os órgãos diretamente empenhados na dura luta da repressão. Foi grande a expansão da malha do sistema nacional de informações, de cujo crivo

ninguém escapava, e que chegou a influir na escolha de ministros, governadores e prefeitos. Dois de seus chefes foram escolhidos para presidir a República e um terceiro tudo levava a crer que o seria também. Assim, penso que talvez se pudesse afirmar que não houve no Brasil propriamente um regime militar, generalização que comete indiscutível injustiça à imensa maioria de militares dedicados exclusivamente a seu ofício. Penso que talvez tivesse havido um “criptogoverno”, ou seja, o governo do poder invisível.

Nunca, porém, o Brasil teve tantos pólos de poder como na atualidade, emergentes uns, declinantes outros, no âmbito do Estado e na sociedade como um todo. Destaque-se o revigorado renascimento do Legislativo e do Judiciário, principalmente depois da Constituição de 1988, a que se vieram juntar o Ministério Público, com a Procuradoria da República, extremamente prestigiados, assim como a malha dos tribunais de contas. No Executivo, além do excepcional poder que emana do apoio popular, registre-se o fato novo da onipresença da polícia federal. No âmbito da sociedade, são pólos de poder a mídia nacional, o sindicalismo, os movimentos sociais — até mesmo o MST, e agora também as igrejas evangélicas, tão atuantes quanto havia sido a Igreja Católica. E na periferia das grandes cidades, junto às comunidades mais pobres, as lideranças dos fora da lei, da contravenção e do tráfico de drogas parecem exercer o papel que os “coronéis” do interior representaram na Velha República. E, mais do que tudo isso, assinale-se o fato novo do poder do crime organizado, cuja erradicação é um desafio para o Estado e para a Sociedade.

Compromisso

Encerrada a Era Militar, que durou 100 anos, as Forças Armadas, consagradas mais do que nunca aos deveres da profissionalização, são fiéis a seu compromisso para com a Pátria, os poderes constituídos, a garantia da lei e da ordem e para com a democracia e o povo brasileiro. Esse compromisso institucional não exclui o dever para com a verdade e a soberania nacional, disciplinadamente expresso, como vem ocorrendo com a atual questão indígena e a defesa da Amazônia.

Palavras finais

Perdoai, amigos, alguma imprudência ou arroubo anacrônico, os excessos da sinceridade. É que tento rezar convosco o refrão de um velho poema hebraico, cuja essência deve ser a essência do nosso ofício e também a essência do caráter do soldado:

*“Três verdades há no mundo;
a verdade e a verdade
e o fulgor da verdade.”*

Sejam minhas palavras finais de confiança nos companheiros que estão levando adiante o bastão da profissão militar, galardão maior da extraordinária existência de Humberto de Alencar Castello Branco, hoje patrono desta casa.

Certo estou de que, fugindo da ambição soberba, da hipocrisia enganosa e da adulação baixa e servil, haverão de continuar seguindo a trilha da cavalaria andante, guiados pela estrela da verdade. ☺